



Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau
Data	18/8/2023
Horário	14 horas
Local	Híbrida (presencial na Sala de Reuniões da Presidência e telepresencial pelo Google Meet)
Presentes	Desembargador Coordenador, Renan Ravel Rodrigues Fagundes; Desembargador Vice-Corregedor, Manoel Carlos Toledo Filho; Desembargador Marcelo Garcia Nunes; Juiz Auxiliar da Presidência, Levi Rosa Tomé; Juíza Regina Rodrigues Urbano (representante AMATRA XV); Juiz Marcel de Ávila Soares Marques; Juíza Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes; Juíza Vanessa Cristina Pereira Salomão; Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser; Secretário de Orçamento e Finanças, Marco Antonio Fernandes; Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes; Servidor Vlademir Nei Suato; Servidor Antonio Carlos Betanho; Servidor Univer Cristiano Nogueira da Silva; Servidor Rodrigo Gonçalves Dias Agostineto; Servidora Marluce Ladeia Christovam Servidora Susana Haydee Flores Cucatti; Servidora Andréa Azevedo (representante Sindiquinze).
Ausências justificadas	Desembargadora Corregedora, Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza; Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini (suplente); Juiz Sérgio Polastro Ribeiro (representante AMATRA XV); Juíza Camila Ceroni Scarabelli (suplente) Juiz Manoel Luiz Costa Penido (suplente); Juíza Conceição Aparecida Rocha de Petribu Faria (suplentes); Servidora Paula Toniatti (Diretora-Geral Substituta); Servidora Maria Cristina Mauad (Secretária de Orçamento e Finanças Substituta); Helen da Silva Paes de Souza (Assessora de Gestão Estratégica Substituto); Servidor Ivan Bagini (representante Sindiquinze).
Pauta / Assuntos	- Proposta da criação de uma Comissão de Diretores, com representatividade perante a Administração do Tribunal; - PROAD 20137/2023 - Melhorias do sistema PJe e conexões de internet. - Demanda apresentada pela excelentíssima Magistrada Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes, representando os juízes substitutos: 1 - Juízes Substitutos Móveis; 2- Avaliação de Servidores - Serviços Administrativos; - Outros assuntos.

O Excelentíssimo Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes, Coordenador do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Em seguida, foram apresentados à deliberação os temas da pauta:

1) Criação de Comissão de Diretores para atuação junto à Administração do Regional. Demanda apresentada pelo Servidor Rodrigo Gonçalves Dias Agostineto:

Dada a palavra ao requerente, ele discorreu sobre a importância da iniciativa, a qual propiciaria a otimização da comunicação entre a primeira instância e a alta administração, o incremento da eficiência administrativa-organizacional, atendendo, assim, ao princípio da representatividade. O formato a ser seguido seria aquele aplicado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, consoante documento anexado. Essa comissão teria por escopo tratar de questões apenas administrativas.

O Diretor-Geral Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser pediu a palavra e ressaltou a importância da iniciativa. Discorreu, ainda, sobre a capilaridade excepcional presente no Regional e sua desconcentração jurisdicional geográfica, o que torna oportuna a iniciativa.

O Excelentíssimo Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes destacou o papel representativo dos diretores de secretaria, que são os gestores de suas unidades de trabalho, sendo salutar essa interlocução com o tribunal. Apresentou o encaminhamento pela aprovação da proposta, com o formato a ser definido pela Presidência deste Tribunal, adotando-se como sugestão o ato normativo do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Proposta acolhida pelo colegiado.

2) PROAD nº 20137/2023 que trata de melhorias no sistema PJe e conexões de internet.

O Excelentíssimo Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes, após descrição do histórico processual, elogiou a celeridade pelo qual o tema fora tratado, propondo a divulgação dos pareceres da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (doc. 5) e da Secretaria Judiciária (doc. 8).

Proposta igualmente acatada pelo colegiado.

3) Exposição e discussão acerca das demandas apresentadas pelos representantes da magistratura de primeiro grau, a Excelentíssima Magistrada Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes e o Excelentíssimo Magistrado Marcel de Ávila Soares Marques.

A) Em relação aos juízes substitutos móveis, a demanda trazia o seguinte teor:

JUÍZES SUBSTITUTOS MÓVEIS – Nas designações de substitutos móveis que se encerram na quinta-feira, os magistrados têm sido designados para auxílio em outras Varas do Trabalho na sexta-feira, a fim de realizar pauta de audiências extraordinariamente designada pela unidade. A situação provoca acúmulo de trabalho desproporcional aos juízes móveis, que já cumpriram as pautas agendadas para o período da designação anterior e

são surpreendidos com a nova designação nas sextas-feiras.

Neste ponto, a Excelentíssima Magistrada Vanessa Cristina Pereira Salomão externalizou uma menor frequência de designações às sextas-feiras, se comparado ao ano de 2022.

O Excelentíssimo Magistrado Marcel de Ávila Soares Marques iniciou sua fala no sentido de se trazer não apenas o problema, mas também possíveis propostas de solução. Sendo assim, propôs designações com temporalidade semanal, e não diária.

O Excelentíssimo Magistrado Levi Rosa Tomé pediu a palavra, levantando, como um ponto positivo a se considerar, a diminuição dos casos em 2023, enfatizando não ser uma questão de fácil solução, dada a complexidade conjuntural. Citou o exemplo do magistrado que adoece. Ademais, tornou pública a existência de um grupo de trabalho a respeito do tema, o qual é composto por um Juiz Auxiliar da Presidência, pelo Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria do Regional e pelo Presidente da AMATRA XV, grupo esse que tem mantido diálogo contínuo com a Assessoria de Apoio aos Magistrados. Uma primeira minuta de texto normativo, acrescentou, estaria sendo finalizada.

O Excelentíssimo Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho propôs a colheita de dados quantitativos e qualitativos para o estabelecimento do fato gerador, a causa das designações para a propositura e o estabelecimento de possível solução. Nas palavras do ilustre magistrado: “como podemos tratar dos efeitos se não sabemos da causa?”

O Excelentíssimo Desembargador Marcelo Garcia Nunes esclareceu a dificuldade logística na alocação da força de trabalho pelo Regional e a singularidade que cada caso apresenta. Lembrou que o problema já fora identificado e que providências estão sendo tomadas. Sugeriu, ainda, assim como o Excelentíssimo Magistrado Marcel de Ávila Soares Marques, designações semanais.

O Excelentíssimo Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes rememorou a atuação de um grupo de trabalho no Tribunal com a finalidade precípua de formatar uma solução à demanda, inclusive com a representatividade da Associação dos Magistrados, e que o delineamento de atuação propositiva do colegiado possa se dar a partir da colheita dos dados propostos pelo Excelentíssimo Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho.

A Excelentíssima Magistrada Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes sugeriu pelo encaminhamento de pedido junto à Assessoria de Apoio aos Magistrados para publicização dos motivos ensejadores, das ocorrências e dos critérios adotados. A partir do recebimento dos critérios utilizados na designação, neles recairiam o trabalho do grupo, completou o Excelentíssimo Magistrado Marcel de Ávila Soares Marques. Sugestão acatada pelo colegiado.

Finalizada a discussão, restou deliberado que os critérios acima seriam melhor explicitados na próxima reunião, cujos dados seriam trazidos pelo Juiz Auxiliar da Presidência, aqui presente, e que integra o mencionado grupo de Trabalho.

B) A segunda demanda trazida pelos representantes da magistratura de primeiro grau diz respeito à avaliação de servidores, e possui o seguinte formato:

AVALIAÇÃO DE SERVIDORES – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - A exemplo da avaliação do nível de satisfação dos públicos-alvos promovida pelo CSJT em relação aos sistemas nacionais e que está aberta para consulta no quadro de avisos do PJe, nos foi encaminhada a sugestão de que os magistrados (aqui incluiríamos também os servidores) possam avaliar periodicamente os serviços administrativos do Tribunal, no intuito de obter maior eficiência no serviço prestado. A questão foi encaminhada especialmente quanto à Assessoria de Magistrados, e por meio de tal avaliação seria possível o Tribunal identificar eventuais problemas corriqueiros, já que os encaminhamentos individuais, por vezes, podem

aparentar pontualidades, mas uma pesquisa geral apontaria problemas sistemáticos que requeiram especial atenção da Administração.

O Diretor-Geral Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser esclareceu que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é o único Regional do país que não tem o mínimo de 15% (quinze por cento) de servidores atuantes na área-meio. Citou o caso do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com 20% (vinte por cento) de servidores atuantes. Outros Regionais, com participação em torno de 27% (vinte e sete por cento) e 30% (trinta por cento). Em termos absolutos, o Regional necessitaria de um acréscimo de pelo menos 100 (cem) servidores. Como consequência, um pedido de aposentadoria é processado em quatro meses, um pedido de contagem de tempo e serviço é processado em período superior a seis meses. E o problema não é alocativo, mas em virtude da restrição orçamentária imposta pela implantação do teto do gasto público. Feitas essas ponderações, expressou que a proposta apresentada, sem considerar esse contexto, poderia desestimular os servidores, já sobrecarregados.

Nas palavras do Excelentíssimo Desembargador Marcelo Garcia Nunes, a ideia da criação dos juízes auxiliares na alta administração foi no sentido de ampliar diálogos, criar uma ponte com a alta administração, e que formalizações de queixas e reclamações criaria uma canal institucional não sadio.

O Excelentíssimo Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes relembrou a boa relação e a liberdade comunicativa entre a AMATRA XV e a alta administração, e que a solução deve ser no sentido de criação de pontes. Ademais, falhas de comunicação acontecem, ainda mais em um cenário de déficit de força de trabalho.

O Excelentíssimo Magistrado Marcel de Ávila Soares Marques propôs a divulgação, dentre todos os colegas de 1º Grau, dos meios de acesso à comunicação com os juízes auxiliares da Administração.

Diante da natureza do tema e do debate travado, o colegiado deliberou pelo diálogo com os juízes auxiliares da alta administração e com a AMATRA XV, esta última, tendo papel crucial na divulgação dos canais comunicativos acima retratados.

Ao final, o Excelentíssimo Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes, Coordenador do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião

O próximo encontro ficou agendado para o dia 17 de novembro, às 14 horas.

Ata preparada por	Fernanda Amabile Marinho de Souza, Magistrada	Em	25/8/2023
Ata aprovada por	Renan Ravel Rodrigues Fagundes, Desembargador Coordenador	Em	26/9/2023